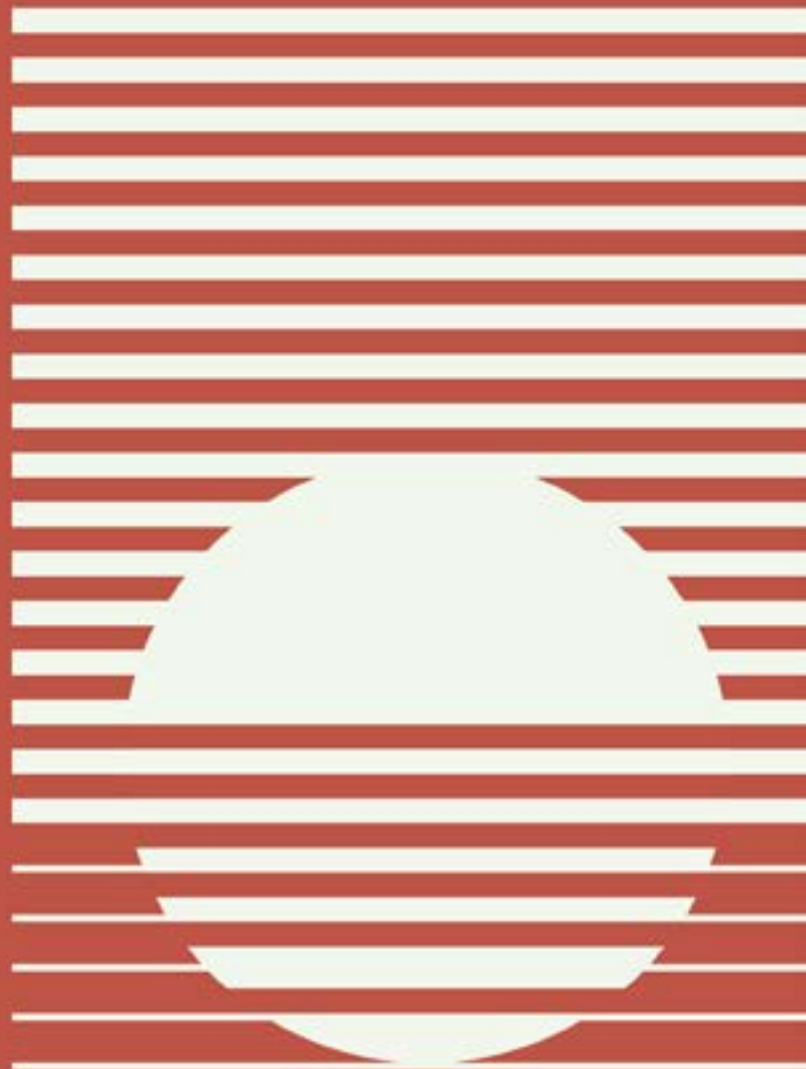


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2023



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Santos, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Queiroz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Nathalia de Oliveira, Paulo Jacob Inguane, Pedro Lange Netto Machado, Rafaela Rodrigues Blanco Guimarães, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

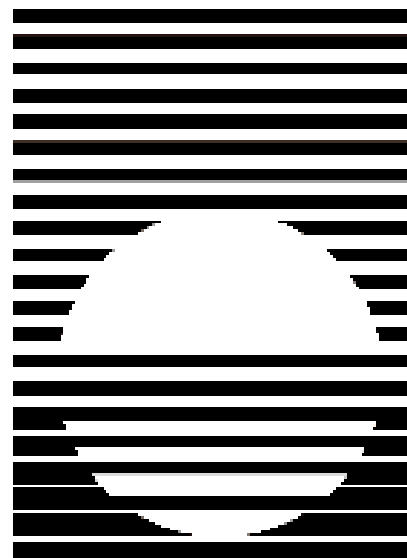
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Presidente Lula toma posse e reinaugura diplomacia “ativa e altiva”

Bolsonaristas promovem ataques terroristas em Brasília

Página 05

Governo Lula cancela indicações de Bolsonaro e renova nomes para postos no exterior

Brasil amplia protagonismo no âmbito multilateral

Página 06

Lula faz visita oficial ao Uruguai

Governo Lasso sofre derrota eleitoral em referendo e volta a ser pressionado por oposição

Página 07

Governo argentino denuncia lawfare na ONU e em encontro com Lula

Governo argentino oferece cidadania para nicaraguenses expatriados por Daniel Ortega

Página 08

Paraguai solicita à Argentina suspensão de cobrança de tarifa fluvial

Venezuela retoma relações com Brasil e intensifica aproximação com Colômbia

Página 09

Nomeações diplomáticas de governo Petro causam controvérsia na Colômbia

Repressão no Peru gera atrito entre governo e lideranças latino-americanas

Página 10

Chile recebe auxílio externo para enfrentar incêndios florestais

Governo chileno anuncia cooperações em meio ambiente com Colômbia e Alemanha

Equador reforça cooperação contra drogas e crime organizado com União Europeia e Bélgica



SUMÁRIO

Página 11

China busca maior influência no Triângulo do Lítio na América Latina

Guerra Russo-Ucraniana completa um ano sem expectativas de fim

Página 12

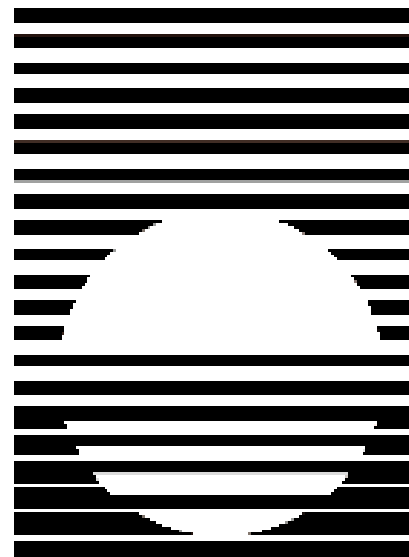
Países sul-americanos negam envio de equipamento militar à Ucrânia

Resolução sobre guerra russo-ucraniana na ONU repercute no Sul Global

Página 13

Governo chinês se oferece para mediar processo de paz entre Rússia e Ucrânia

Exercício militar conjunto fortalece as relações entre África do Sul, China e Rússia



Presidente Lula toma posse e reinaugura diplomacia “ativa e altiva”

No dia 1º de janeiro, o presidente Lula tomou posse como novo Chefe de Estado e de Governo do Brasil pela terceira vez. Mais de 70 delegações estrangeiras marcaram presença na cerimônia realizada em Brasília. Entre os presentes, estavam os presidentes Alberto Fernández, da Argentina; Gabriel Boric, do Chile; Gustavo Petro, da Colômbia; Luis Lacalle Pou (acompanhado pelos ex-presidentes Julio Maria Sanguinetti e José ‘Pepe’ Mujica), do Uruguai; Marcelo Rebelo de Sousa, de Portugal; João Lourenço, de Angola; José Maria Neves, de Cabo Verde; e José Ramos-Horta, de Timor Leste, entre outros chefes de Estado e de Governo. No dia seguinte, Lula participou de dezessete reuniões bilaterais, sobretudo com autoridades latino-americanas, mas também da Europa, Ásia e África. Em menos de dois meses de governo, o presidente brasileiro já recebeu e visitou diversos líderes mundiais. Retomando a tradição diplomática brasileira, a primeira viagem internacional de Lula teve como destino a Argentina, onde, além de comparecer à VII Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o mandatário brasileiro realizou uma visita oficial a Fernández. Em seguida, Lula viajou para o Uruguai, onde debateu com Lacalle Pou sobre o futuro do Mercosul. No dia 30 de janeiro, recebeu, no Palácio do Planalto, o Chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, com quem discutiu questões globais e inter-regionais, como o desenvolvimento sustentável, a Guerra na Ucrânia, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e as negociações em torno do acordo Mercosul-União Europeia. Na ocasião, o chanceler alemão anunciou o envio de R\$ 127 milhões ao Fundo Amazônia, suspenso desde o primeiro ano do governo Bolsonaro. No dia 10 de fevereiro, Lula viajou para uma reunião nos EUA com o presidente Joe Biden. Também com o mandatário estadunidense, o presidente brasileiro debateu as principais questões globais, com destaque para a Guerra na Ucrânia, a reforma do CSNU e a sustentabilidade ambiental, além de assuntos relacionados à agenda bilateral, tais como a defesa da democracia e dos direitos humanos, o combate à fome e à pobreza e a promoção da cooperação econômica entre os países. Assim como Scholz, Biden anunciou a doação de R\$ 260 milhões para o Fundo Amazônia. Por fim, outras iniciativas bilaterais do novo governo brasileiro que mereceram destaque foram o início das tratativas

para o restabelecimento da embaixada brasileira na Venezuela e a indicação de um novo embaixador para Cuba, cargo que desde 2016 encontrava-se vago.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 01/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 21/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 23/01/2023; [G1](#), 30/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 10/02/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 10/02/2023; [CNN Brasil](#), 15/02/2023.

Bolsonaristas promovem ataques terroristas em Brasília

No dia 8 de janeiro, grupos de apoiadores extremistas do ex-presidente Jair Bolsonaro, derrotado nas eleições presidenciais de 2022, promoveram uma série de ataques terroristas em Brasília, com invasões e atos de vandalismo nos prédios que abrigam os três poderes constitucionais do país: Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal (STF) e Palácio do Planalto. De caráter golpista e antidemocrático, as manifestações questionavam os resultados das urnas que legitimaram a vitória de Lula como novo presidente eleito do Brasil. Frente à omissão de autoridades locais e leniência de forças policiais, Lula decretou intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal. Cerca de mil e duzentos terroristas foram detidos e mais de setecentos foram presos. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, foi afastado do cargo por decisão do STF, e o ex-ministro da Justiça da União, Anderson Torres, teve sua prisão preventiva decretada. Os atos terroristas foram dura e prontamente repudiados por diferentes líderes internacionais. O presidente dos EUA, Joe Biden, considerou o evento como um “atentado à democracia e à transferência pacífica de poder”. Deputados do partido Democrata pediram a expulsão de Bolsonaro dos EUA, país para onde foi o ex-presidente brasileiro dois dias antes de findar seu mandato. Além de condenarem os atos extremistas, representantes da China e da Rússia prestaram solidariedade a Lula e “às medidas tomadas pelo governo federal para a restauração da ordem social”. A União Europeia (UE), na figura do Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, reiterou o apoio do bloco a Lula e afirmou que a “democracia brasileira prevalecerá sobre a violência e o extremismo”. Falando em nome de seu país, mas também do Mercosul e da Comunidade dos Estados

Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), sob presidência argentina, o chefe de Estado argentino Alberto Fernández manifestou seu repúdio “ao que está acontecendo em Brasília” e reforçou seu “incondicional apoio e do povo argentino a Lula frente a esta tentativa de golpe de Estado que ele enfrenta”. O governo Lula teve ainda o respaldo da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de países como França, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, Vaticano, México, Chile, Uruguai, Colômbia, Venezuela, entre outros.

Fontes: [O Globo](#), 08/01/2023; [Agência Senado](#), 09/01/2023; [BBC Brasil](#), 09/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 09/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 09/01/2023; [Agência Brasil](#), 11/01/2023; [O Globo](#), 11/01/2023.

Governo Lula cancela indicações de Bolsonaro e renova nomes para postos no exterior

No dia 31 de janeiro, o governo Lula publicou no Diário Oficial da União o cancelamento de oito indicações para o comando de postos no exterior realizadas por Bolsonaro que ainda aguardavam aprovação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) do Senado. Em acordo realizado no final do ano passado, o Senado havia adiado a votação de postos considerados estratégicos pelo governo eleito. As indicações canceladas se referem às embaixadas do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Turquia, França, Holanda, Grécia, Argentina, Itália e à representação do Brasil na OMC. Em paralelo, o novo governo anunciou, em 1º de fevereiro, as chefias das secretarias do Itamaraty, contando com a participação de 30% de mulheres, e a criação de secretarias específicas para a América Latina e Caribe, África e Oriente Médio, Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, e Meio Ambiente. Esses movimentos se dão em um momento que o governo busca garantir indicações de confiança para postos chave no exterior. No dia 19 de janeiro, o Itamaraty havia anunciado o embaixador Sérgio Danese como representante permanente do Brasil na ONU e, após criar o cargo de Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima, o governo anunciou, no dia 17 de fevereiro, o diplomata Luiz Alberto Figueiredo para ocupá-lo. As indicações para embaixadas em países não foram ainda totalmente anunciadas de forma oficial, pois aguardam o agrément dos países receptores. Entre aqueles que já

receberam o instrumento, estão algumas embaixadas em postos chave para a diplomacia brasileira, tais como Argentina, que será ocupada pelo embaixador Julio Bitelli, França, que será ocupada pelo embaixador Ricardo Tavares, e EUA, que será ocupada pela embaixadora Maria Luiza Viotti – esta última substituindo o embaixador Nestor Foster, alinhado ideologicamente com Bolsonaro. Entre os nomes que ainda aguardam o agrément para serem anunciados oficialmente está o do embaixador Carlos França, que foi ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, e deve ser indicado para a embaixada do Brasil no Canadá. Em via reversa, o governo brasileiro também vem concedendo agrément para novos embaixadores no país. Em 23 de janeiro, foi dado o aval para o novo embaixador venezuelano no Brasil, indicado por Nicolás Maduro e, no dia 3 de fevereiro, o presidente Lula recebeu, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, as credenciais dos novos embaixadores no Brasil do Reino Unido, China, Síria, Zimbábue, El Salvador, República Tcheca, Filipinas, Turquia e EUA.

Fontes: [CNN Brasil](#), 19/01/2023; [Poder360](#), 21/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 23/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 23/01/2023; [Estadão](#), 24/01/2023; [Valor Econômico](#), 30/01/2023; [G1](#), 31/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 01/02/2023; [G1](#), 03/02/2023; [Poder360](#), 17/02/2023.

Brasil amplia protagonismo no âmbito multilateral

Os primeiros meses do ano de 2023 foram marcados por intensas movimentações no âmbito multilateral pelo Brasil. Já na primeira semana de janeiro, o governo brasileiro comunicou à Organização Internacional para as Migrações (OIM) e à Organização das Nações Unidas (ONU) sua decisão de reintegrar o país ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que estabelece parâmetros para a gestão de fluxos migratórios. O país deixou de integrá-lo desde 2019 durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o Brasil comunicou aos países membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) a reincorporação do Brasil, de forma plena e imediata, a todas as instâncias do mecanismo, tanto as de caráter político como as de natureza técnica. O país saiu da Celac em 2020, também durante o governo

do ex-presidente Jair Bolsonaro. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ainda a cidade de Belém, capital paraense, para sediar a Conferência das Partes (COP) no ano de 2025. A iniciativa faz parte de um compromisso realizado durante a última edição da COP, no Egito, pelo presidente Lula. Além disso, o país deixou o Consenso de Genebra, uma coalizão internacional formada por países que defendem pautas como o combate ao aborto e a defesa da família tradicional da qual fazia parte desde 2020. Após a saída da coalizão, o país assinou tratados que se comprometem com a equidade de gênero. Além disso, no primeiro mês do ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Mathias Cormann, com o objetivo de reavaliar os termos de adesão do país ao bloco. O presidente Lula ainda enfatizou, nos dois primeiros meses, a necessidade de retomar negociações justas em relação ao acordo União Europeia - Mercosul e sinalizou intenção de reconstruir a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Fontes: [CNN Brasil](#), 01/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 05/01/2023; [G1](#), 11/01/2023; [O Globo](#), 17/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 18/01/2023.

Lula faz visita oficial ao Uruguai

No dia 25 de janeiro de 2023, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita oficial ao Uruguai. A agenda do governante brasileiro no país vizinho teve três compromissos. Em primeiro lugar, Lula encontrou-se com o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou. Em seguida, compareceu à sede da prefeitura de Montevidéu, onde foi condecorado com a medalha “Más Verde”, concedida em reconhecimento aos seus esforços na defesa do meio ambiente. Por fim, fez uma visita ao ex-presidente uruguaio, José Mujica. Na reunião bilateral com Lacalle Pou, foram discutidas a retomada de obras de infraestrutura, tais como pontes, rodovias e hidrovias, e questões relacionadas ao Mercosul, tais como a regularização das contribuições do Brasil ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o fim das reduções unilaterais de impostos de importação concedidas a países de fora do bloco e, principalmente, as negociações do Uruguai com a China sobre um acordo de livre-comércio. O

presidente Lacalle Pou insistiu na necessidade de o Uruguai abrir sua economia ao mundo, mas ponderou que não quer travar nenhum embate com os demais países do Mercosul e se mostrou aberto à possibilidade de os outros membros do bloco fazerem parte de uma negociação conjunta de um acordo de livre-comércio com os chineses. Em resposta, o presidente Lula afirmou que considera justa a demanda do Uruguai em ter maior abertura econômica, reconheceu a importância de se renovar o Mercosul, e considerou ser possível a negociação de um tratado entre o bloco e a China. No entanto, ressaltou que a prioridade atual é a concretização do acordo de livre-comércio do Mercosul com a União Europeia e defendeu que é preciso caminhar em direção ao desenvolvimento conjunto da América do Sul.

Fontes: [El Observador](#), 25/01/2023; [La Diaria](#), 25/01/2023; [BBC Brasil](#), 25/01/2023; [Correio Braziliense](#), 25/01/2023.

Governo Lasso sofre derrota eleitoral em referendo e volta a ser pressionado por oposição

No dia 5 de fevereiro, foi realizado um referendo proposto pelo presidente Guillermo Lasso para uma reforma constitucional no Equador, através da sugestão de oito emendas. Os tópicos da votação incluíam a ampliação da participação de militares na segurança pública, a diminuição da quantidade de congressistas, restrições para o estabelecimento de partidos e movimentos políticos, extradição de cidadãos para outros países, enfraquecimento do Conselho de Participação Popular e maior independência para o Ministério Público. Além destes tópicos, o referendo tinha duas perguntas ligadas a meio ambiente: uma sobre a criação de um mecanismo de proteção específica para as águas e outra sobre a remuneração para povos originários e organizações por serviços prestados em atividades de proteção e preservação. Nenhuma das emendas foi aprovada pelos eleitores. Paralelamente, uma pesquisa de opinião divulgada pela Perfis de Opinión, com entrevistas realizadas entre 11 e 13 de fevereiro, registrou a maior taxa de desaprovação ao presidente, que chegou ao ponto mais baixo desde o início do mandato: aproximadamente 13% dos entrevistados avaliam o governo como bom ou muito bom e 85% avaliam como ruim ou péssimo. Essa rejeição se refletiu também na eleição para os governos locais, que também ocorreu em 5 de

fevereiro, onde o correísmo, através do Movimento Revolución Ciudadana (RC5), conquistou 9 das 24 províncias do país, incluindo Guayaquil (que era reduto eleitoral do Partido Social Cristão desde 1992), e 50 das 221 prefeituras. O Partido Pachakutik, que se destacou pelos protestos contra Lasso em junho de 2022, conquistou 6 províncias e 26 municipalidades, enquanto o partido Movimento CREO, do atual presidente equatoriano, não elegeu nenhum governante provincial e ganhou apenas 25 prefeituras, 9 a menos que em 2019. Com a reorganização das forças políticas nos governos regionais, os congressistas de oposição conseguiram um novo fôlego para pedir a cassação de Lasso, que é investigado por vínculos com organizações criminosas e corrupção. No dia 27 de fevereiro, a morte do líder indígena Eduardo Mendua, após a repressão a protestos contra a poluição decorrente da exploração de petróleo e violência contra povos indígenas, gerou o anúncio de que a Confederação Nacional de Nacionalidades do Equador (CONAIE) radicalizará a sua estratégia de ativismo político contra o presidente. Outras organizações, como a Federação de Estudantes Universitários do Equador e a Frente Unitária de Trabalhadores, aproveitaram o incidente para se somar a uma nova campanha de pressão política pela renúncia de Lasso e pela garantia de ensino público no país.

Fontes: [El Comercio](#), 05/02/2023; [El Comercio](#), 06/02/2023; [El Mercurio](#), 06/02/2023; [El País](#), 07/02/2023; [El Comercio](#), 13/02/2023; [El Universo](#), 23/02/2023; [El Mercurio](#), 26/02/2023; [El Comercio](#), 28/02/2023; [El Mercurio](#), 28/02/2023.

Governo argentino denuncia lawfare na ONU e em encontro com Lula

Em janeiro de 2023, o governo da Argentina denunciou, em duas ocasiões, o suposto lawfare contra a atual vice-presidenta do país, Cristina Fernández de Kirchner. Primeiramente, o secretário de Direitos Humanos do governo peronista, Horacio Pietragalla, foi ao Conselho de Direitos Humanos da ONU para registrar a suposta perda de legitimidade do Poder Judiciário argentino diante de casos de perseguição judicial com finalidade política contra lideranças de esquerda. A segunda ocasião foi durante a visita de Lula ao país, no contexto da reunião de cúpula da Celac em Buenos Aires. Neste caso, o comunicado conjunto entre o presidente brasileiro e o chefe do Poder Executivo argentino, Alberto Fernández,

ressaltou o papel imprescindível das instituições judiciais para proteger cidadãos de perseguições políticas e lawfare. As duas frentes reforçaram o posicionamento do governo em defesa de Cristina Kirchner na esteira de sua condenação por corrupção a menos de um ano das eleições presidenciais no país. Uma pesquisa eleitoral encomendada pela coalizão da oposição, Juntos por el Cambio, mostrou a vice-presidente na liderança em intenções de votos, mas com uma taxa de rejeição que só perde para a do presidente Alberto Fernández e a do ex-ministro da Economia kirchnerista Axel Kicillof. O líder do partido La Libertad Avanza, Javier Milei, por sua vez, aparece com apoio considerável do eleitorado e deve ter força na disputa. Não à toa, o comunicado de Fernández e Lula lembrou também a necessidade de se conter o avanço da extrema-direita na região.

Fontes: [Clarín](#), 21/01/2023; [Gobierno de Argentina](#), 23/01/2023; [La Nación](#), 23/01/2023; [Página12](#), 23/01/2023; [La Nación](#), 24/01/2023; [Clarín](#), 26/01/2023.

Governo argentino oferece cidadania para nicaraguenses expatriados por Daniel Ortega

No dia 16 de fevereiro, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, decidiu retirar a nacionalidade de 94 pessoas opositoras ao seu regime por suposta “traição à pátria”. Entre os nomes que perderam a nacionalidade nicaraguense, estão políticos, diplomatas, militantes dos direitos humanos, jornalistas, acadêmicos, religiosos e, em especial, o escritor Sergio Ramirez, ex vice-presidente do país e antigo companheiro de chapa de Ortega, em 1984. Ramirez, que está exilado em Madri, denunciou a decisão de Daniel Ortega como uma violação de direitos humanos, além de também criticar os governos latino-americanos que não se pronunciaram rechaçando a medida, que foi classificada como uma tentativa de silenciar dissidentes do regime instaurado pelo presidente nicaraguense. Sergio Ramirez criticou diretamente a demora da chancelaria argentina em atender os pedidos de nacionalidade dos expatriados após o episódio, afirmando que “se o governo argentino respondesse ao pedido de nacionalidades para os nicaraguenses”, se tornaria argentino. No entanto, após pressão doméstica e internacional, o chanceler argentino, Santiago Cafiero, ofereceu cidadania a todos os opositores de Ortega que foram expatriados, o que caracterizou a primeira reação oficial do governo

argentino às violações cometidas na Nicarágua. O Chile e o Brasil também anunciaram que abririam as portas para receber as pessoas que perderam sua nacionalidade e ajudariam nos processos de obtenção da cidadania. Apesar de ter agradecido a reação argentina, Sergio Ramirez acabou optando pela nacionalidade colombiana, que lhe foi oferecida pelo chanceler do país, Alvaro Levy.

Fontes: [Clarín](#), 16/02/2013; [Página12](#), 17/02/2023; [Clarín](#), 17/02/2023; [Infobae](#), 19/02/2023; [El País](#), 21/02/2023; [Clarín](#), 23/02/2023, [Veja](#), 07/03/2023.

Paraguai solicita à Argentina suspensão de cobrança de tarifa fluvial

No dia 3 de janeiro, o Paraguai solicitou a suspensão da cobrança da tarifa de pesagem imposta pelo governo argentino sobre um trecho do rio Paraná, entre o porto de Santa Fé e a confluência com o rio Paraguai. A tarifa de USD 1,47 por tonelada, cobrada de cada embarcação que trafega pelo trecho supracitado, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. No entanto, a medida havia sido anunciada em setembro de 2022 pelo Ministério de Transportes da Argentina através da resolução nº 625/2022 e promulgada em 30 de dezembro do mesmo ano, pela resolução 1023/2022. A ação, tomada unilateralmente pelo governo argentino, causou fortes reações do governo paraguaio e de diversos setores do país, que repudiaram a manobra e solicitaram a suspensão imediata da cobrança, além de explicações técnicas que justificassem tal medida. Em janeiro deste ano, a delegação paraguaia presente na LVII Reunião do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná apresentou uma petição formal e com caráter de urgência. O país platino reiterou o rechaço à decisão portenha em cobrar tarifa de pesagem sobre o trecho, argumentando sobre os prejuízos que tal medida causaria ao comércio paraguaio e aos outros países do Acordo de Santa Cruz de la Sierra (Brasil, Uruguai e Bolívia). Na ocasião, as delegações brasileira, uruguaia e boliviana demonstraram apoio ao protesto paraguaio e propuseram a formação de um grupo de trabalho para promoção e manutenção de maior diálogo na região. A delegação argentina, entretanto, sustentou seu posicionamento e não participou do consenso alcançado pelos demais signatários. O país, porém, se comprometeu a disponibilizar informações técnicas quando solicitadas pelos países. Contudo, o governo argentino não atendeu a solicitação do governo paraguaio até o momento. Vale salientar que o acordo de Santa Cruz de la Sierra regulamenta a

navegação compartilhada do trecho entre os países signatários.

Fontes: [Agência de Informação do Paraguai](#), 03/01/2021; [Ministério de Relações Exteriores do Paraguai](#), 26/01/2023; [La Nación](#), 26/01/2023; [La Nación](#), 24/02/2023; [La Tribuna](#), 25/02/2023.

Venezuela retoma relações com Brasil e intensifica aproximação com Colômbia

Em 1º de janeiro, as relações entre Brasil e Venezuela foram reestabelecidas, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente brasileiro. Uma missão brasileira, liderada pelo embaixador Flávio Macieira, chegou a Caracas no dia 18 de janeiro para dar início ao processo de reestabelecimento das atividades diplomáticas no país. A Venezuela, por sua vez, enviou o embaixador Manuel Vicente Vadell Aquino para o Brasil, que concedeu o agrément em 23 de janeiro. As relações entre os dois países estavam conturbadas desde 2016, com o golpe de Estado que retirou Dilma Rousseff da presidência brasileira. Naquele período, Nicolás Maduro, presidente venezuelano, não reconheceu o governo de Michel Temer. O relacionamento bilateral se tornou ainda mais distante quando Jair Bolsonaro reconheceu a presidência de Juan Guaidó, autoproclamada em janeiro de 2019. A retomada das relações com o Brasil ocorreu em paralelo ao fim do governo interino de Guaidó, já que, em 30 de dezembro de 2022, a Assembleia Nacional eleita em 2015 votou pelo fim de sua autoproclamada presidência. A votação encerra, de forma oficial, a atuação de Guaidó, cuja posição como líder da oposição já estava enfraquecida. Além das relações com o Brasil, o governo de Nicolás Maduro também vem retomando as relações com a Colômbia, após a posse do presidente Gustavo Petro, em agosto de 2022. Em janeiro, todas as fronteiras entre os dois países foram reabertas, e, no dia 7 desse mês, os dois presidentes realizaram uma reunião em Caracas. Em 16 de fevereiro, os dois líderes voltaram a se reunir na Ponte Atanasio Girardot, quando anunciaram a reativação do acordo comercial entre Colômbia e Venezuela, assinado em 2011, mas congelado desde 2019.

Fontes: [Efecto Cocuyo](#), 31/12/2022; [O Globo](#), 07/01/2023; [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#), 19/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 23/01/2023; [Efecto Cocuyo](#), 16/02/2023; [O Globo](#), 17/02/2023.

Nomeações diplomáticas de governo Petro causam controvérsia na Colômbia

Durante a sua campanha à presidência, Gustavo Petro garantiu a promoção de uma reforma no Serviço Exterior colombiano, comprometendo-se a privilegiar mérito e experiência e a dar prioridade àqueles com carreiras diplomáticas para ocupar as funções da área. Sua promessa era de que os cargos não fossem direcionados à classe política. Tradicionalmente, as nomeações foram uma forma comum de favorecer aqueles próximos ao governo, em especial feitas pelos presidentes no país. No entanto, desde que chegou ao poder, as nomeações diplomáticas de Petro têm seguido um critério diferente do proposto: são escolhidos líderes políticos ou figuras próximas ao presidente, à primeira-dama e à vice-presidente para os cargos. Em geral, os postos são preenchidos por pessoas não qualificadas e, algumas delas são envolvidas em polêmicas, como o jornalista Víctor De Currea-Lugo. Lugo foi acusado de assédio sexual e tais denúncia posteriormente ocasionaram em sua renúncia. As indicações aos cargos diplomáticos têm gerado insatisfação na chancelaria colombiana e o presidente do Sindicato dos Empregados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Francisco Burchardt, se pronunciou, reforçando a preocupação do órgão com a pouca relevância dada aos oficiais de carreira diplomática pelo governo. Ele sinalizou que os postos mais atraentes (Europa e América do Norte) estão sendo creditados a pessoas de fora da carreira. No dia 10 de janeiro, o presidente da Câmara, David Racero, tornou pública em suas redes sociais a carta que enviou no dia 6 de dezembro de 2022 ao chanceler Álvaro Leyva. Ele alegou que, por não obter resposta, decidiu divulgá-la para chamar atenção à questão. No documento, o congressista manifesta sua preocupação com as nomeações do governo a políticos que apoiaram a campanha do presidente, mas não têm experiência na área diplomática. Nas primeiras semanas do mês de fevereiro, o MRE foi acusado de diminuir as cotas para ingresso na carreira diplomática e os profissionais da área argumentam que o déficit de trabalhadores dentro do Ministério tem sido preenchido por nomeações políticas. No entanto, em resposta, a chancelaria alegou que “não é possível afirmar que se trata de um corte, mas sim da impossibilidade de oferecer mais vagas, devido à indisponibilidade de vagas no referido setor do Ministério”.

Fontes: [El Espectador](#), 11/01/2023; [Semana](#), 12/02/2023; [Semana](#), 19/01/2023; [El Espectador](#), 22/02/2023.

Repressão no Peru gera atrito entre governo e lideranças latino-americanas

Após a prisão do ex-presidente Pedro Castillo, no dia 7 de dezembro de 2022, diversos protestos vêm ocorrendo no Peru. Além do retorno de Castillo ao cargo, os manifestantes reivindicam a antecipação das eleições, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a renúncia de Dina Boluarte, vice que assumiu a Presidência. Boluarte é acusada de traição por grande parte dos manifestantes por estar negociando com os setores da direita fujimorista, que têm maioria no Congresso e, durante o mandato de Castillo, exerceram uma ferrenha oposição ao governo. Uma pesquisa feita pelo Instituto de Estudos Peruanos (IEP) no mês de janeiro mostrou que 74% dos peruanos desejam a renúncia de Boluarte e 75% concordam com a antecipação das eleições, que, de acordo com o calendário oficial, deveriam ocorrer apenas em 2026. No dia 2 de fevereiro, a presidenta apresentou uma emenda constitucional ao Congresso para adiantar o pleito para este ano, porém apenas 54 deputados votaram a favor da medida, isto é, 33 a menos do que mínimo necessário para passar a proposta. A falta de consenso se deve ao fato de que muitos congressistas, além de perderem seus cargos, ficariam proibidos de se candidatar, já que, desde 2019, é proibida a reeleição de deputados para duas legislaturas seguidas. Além disso, algumas bancadas de esquerda querem que seja incluída na proposta uma consulta popular para verificar se a maioria da população é a favor de uma nova Constituição. Nas ruas, a resposta do governo tem sido a repressão. Desde o dia 14 de dezembro, em diferentes regiões do país, foram suspensas determinadas liberdades civis, após o decreto de estado de emergência. Além disso, os militares foram convocados para atuar junto à polícia nas tarefas de segurança pública. Os confrontos violentos com manifestantes já resultaram em pelo menos 60 mortes, o que vem provocando reações negativas na América Latina. Autoridades da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México criticaram a atuação de Boluarte na gestão da crise. O presidente mexicano López Obrador qualificou o governo de “autoritário” e “ditador”, e o embaixador do país em Lima ofereceu asilo político à família de Castillo. Como retaliação, o Congresso peruano declarou o embaixador como persona non grata e, no dia 27 de fevereiro, Boluarte anunciou a retirada definitiva de seu embaixador no México. O presidente colombiano, Gustavo Petro, também foi declarado como persona non grata pelo legislativo peruano, após Petro ter comparado a atuação da polícia peruana à polícia nazista. Para Petro, a polícia peruana teria rompido com a Convenção Americana

de Direitos Humanos. Já o líder Evo Morales e mais oito políticos bolivianos estão proibidos de entrar no Peru por supostamente tentar interferir nos assuntos domésticos e ameaçar a ordem interna. As relações diplomáticas do novo governo peruano com Honduras também estão abaladas. Na sequência da declaração da presidente de Honduras, Xiomara Castro, que não reconhece o governo de Boluarte como legítimo no âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), houve a retirada definitiva do embaixador peruano do país em janeiro deste mesmo ano, após alegada ingerência externa.

Fontes: [El País](#), 11/01/2023; [La República](#), 02/02/2023; [La República](#), 17/02/2023; [Gestión](#), 17/02/2023; [BBC](#), 18/02/2023; [World Politics Review](#), 21/02/2023; [El Comercio](#), 26/01/2023; [La República](#), 26/01/2023; [Al Jazeera](#), 27/02/2023.

Chile recebe auxílio externo para enfrentar incêndios florestais

Ao longo do mês de fevereiro, o Chile foi acometido por graves incêndios florestais em diferentes partes do seu território. Em 14 de fevereiro, no auge do fenômeno, o governo contabilizava 303 focos de incêndio e 425 mil hectares queimados, sobretudo nas regiões de Biobío e La Araucanía. Segundo dados da Corporação Nacional Florestal (CONAF), cinco focos de incêndio estão entre os dez piores registrados desde o início dos registros, em 1985, em termos de extensão de área atingida. Em 7 de fevereiro, o diretor da instituição, Rolando Pardo, acusou investidores de comprarem terras e não fazerem a manutenção adequada da vegetação. Por sua vez, o presidente chileno, Gabriel Boric, declarou, em 10 de fevereiro, que era o momento de avançar uma regulação maior da indústria florestal e iniciar uma conversa ampla com a sociedade civil sobre o tema. Paralelamente, o Chile recebeu grande ajuda externa para lidar com a crise ambiental, o que incluiu o envio de 750 brigadistas, bombeiros, militares e especialistas por Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela, México, Portugal, Espanha e Itália, além de equipamentos de proteção e artigos de higiene e alimentação pelos EUA para atingidos pelos incêndios.

Fontes: [La Nación](#), 07/02/2023; [La Tercera](#), 10/02/2023; [La Nación](#), 13/02/2023; [Emol](#), 14/02/2023.

Governo chileno anuncia cooperações em meio ambiente com Colômbia e Alemanha

Em 9 de janeiro, o presidente do Chile, Gabriel Boric, recebeu seu homólogo colombiano, Gustavo Petro, para uma visita de Estado, em comemoração aos 200 anos de relações bilaterais. Os dois líderes assinaram acordos com vistas a colaborar na produção de energia a partir de hidrogênio verde; coordenar esforços no âmbito multilateral para a elaboração de um acordo internacional vinculante sobre poluição de plásticos; cooperar em estudos científicos na Antártida; e melhorar a identificação de migrantes para reduzir o risco de tráfico de pessoas nas fronteiras. Por sua vez, os chanceleres de Chile e Colômbia, Antonia Urrejola e Álvaro Leyva, respectivamente, assinaram um requerimento conjunto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual, sob amparo do Acordo de Escazú, solicitaram que o tribunal emita um parecer sobre as obrigações dos Estados americanos em assuntos climáticos, a fim de gerar um precedente que guie governos em matéria de direitos ambientais. Alguns dias depois, em 26 de janeiro, foi a vez de Gabriel Boric receber a visita do primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz. Ambos celebraram o início de um projeto conjunto para produzir hidrogênio verde na Patagônia. Além disso, Scholz fez um convite, aceito por Boric, para que o Chile ingresse no Clube do Clima, uma iniciativa alemã que busca articular esforços contra as mudanças climáticas e que conta com países do G7 e do G20. Além do hidrogênio verde, o chanceler alemão destacou a importância chilena para a produção de lítio, usado em baterias.

Fontes: [El País](#), 08/01/2023; [Ministério de Relações Exteriores do Chile](#), 09/01/2023; [La Nación](#), 29/01/2023.

Equador reforça cooperação contra drogas e crime organizado com União Europeia e Bélgica

No dia 27 de fevereiro, a comissária europeia de Assuntos Internos, Ylva Johansson, a ministra do Interior belga, Annelies Verlinden, e o ministro do Interior equatoriano, Juan Zapata, se reuniram para firmarem um acordo de fortalecimento da cooperação contra o narcotráfico e o crime organizado. O encontro aconteceu em Quito, capital equatoriana, e o ministro Zapata destacou que eles estão enfrentando uma ameaça transnacional, já que os grupos do crime organizado buscam cada vez mais os mercados

européus para movimentar a droga. No memorando de cooperação constam ações como intercâmbio de informações, colaboração em operações conjuntas, treinamento policial e vigilância de fronteiras, além da proposta da Comissão Europeia ao Conselho da União Europeia (UE) para iniciar negociações bilaterais para um acordo entre o bloco e o Equador para intercâmbio de dados pessoais com a Europol. A ministra belga indicou que as ações do crime organizado são cada vez mais violentas, tanto no Equador como na Bélgica, e destacou que é uma responsabilidade compartilhada lutar contra este ilícito internacional. No dia 28 de fevereiro, delegados da UE e do governo belga continuaram sua visita ao Equador para fortalecer a cooperação em temas de segurança e combate ao narcotráfico e visitaram os escritórios do Serviço Nacional de Atenção Integral a Adultos Privados de Liberdade e Adolescentes Infratores (SNAI), a Marinha Nacional e o Porto Marítimo de Guayaquil.

Fontes: [El Comercio](#), 27/02/2023; [El Universo](#), 27/02/2023; [El Mercurio](#), 27/02/2023; [El Universo](#), 28/02/2023.

China busca maior influência no Triângulo do Lítio na América Latina

Durante o mês de fevereiro, a estatal boliviana Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) e o consórcio chinês CBC firmaram uma aliança estratégica para favorecer a extração direta do lítio por um modo mais rápido e eficiente que o utilizado até então. Apesar da propriedade das reservas do mineral seguir nas mãos do Estado boliviano, a iniciativa promoverá a construção de indústrias chinesas na região, o que garante vantagem à China no acesso às reservas. O Estado chinês também volta seus olhos para Chile e Argentina, porém, encontra a concorrência de empresas alemãs. Os chilenos são o maior produtor de lítio da região, enquanto a extração na Argentina tem crescido, com potencial para ultrapassar o Chile nos próximos anos. Nesse sentido, empresas da Alemanha já estabeleceram uma boa base na região, mesmo que os acordos ainda não tenham sido alavancados. A parceria entre China e Bolívia é apenas a primeira grande iniciativa de entrada estrangeira na região do triângulo do lítio. Com a maior demanda pelo mineral sendo acompanhada por um crescimento na extração e industrialização, mais empresas devem buscar se instalar próximas às reservas. Cabe destacar que Argentina, Bolívia e Chile formam um triângulo de vital importância para a economia e energia globais, pois possuem mais de 50% das reservas de lítio no

mundo, um dos principais componentes da produção de baterias e possível fonte de energia nuclear.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 29/01/2023; [Bio Bio Chile](#), 07/02/2023; [La Razón](#), 10/02/2023; [La Razón](#), 03/03/2023.

Guerra Russo-Ucraniana completa um ano sem expectativas de fim

No dia 24 de fevereiro, o conflito entre Rússia e Ucrânia chegou a um ano de duração e os combates seguem em ritmo não muito diferente do seu início. No dia anterior, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por ampla maioria, resolução exigindo a retirada das tropas russas do país vizinho. Elaborada pela própria Ucrânia e com forte apoio da União Europeia, o documento contou com 141 votos a favor, ilustrando o isolamento internacional de Moscou. Apenas Belarus, Síria, Coreia do Norte, Eritreia, Mali e Nicarágua, além da própria Rússia foram contrários. É digna de nota também a abstenção chinesa, uma vez que há um crescente movimento de aproximação entre ambos os países. Apesar de não ser vinculante, a resolução tem forte poder político e levou o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, a verbalizar a incredulidade em uma pacificação no curto prazo, alegando que a culpa seria do apoio ocidental à Ucrânia. No campo de batalha, a cidade de Bakhmut tem sido o principal palco de guerra das últimas semanas e, apesar de estarem conseguindo importantes vitórias, tropas ucranianas já clamam à Kiev por reforços, pois o lado russo tem intensificado as ações e a tomada parece iminente. Em termos de apoio ao governo Putin, foi divulgado pelo porta-voz do Departamento de Inteligência dos EUA que o Irã teria expandido seu apoio à causa russa através do envio de artilharia e tanques. Apesar da fragilidade na comprovação, o governo iraniano optou por não se pronunciar e se absteve na votação da resolução da ONU. Por fim, a presidente da Moldávia, Maia Sandu, acusou o Kremlin de estar investindo na desestabilização de seu território, através da manutenção de tropas na região da Transnístria. Localizado no extremo leste moldávio, o território possui maioria étnica russa e, embora sem reconhecimento internacional, desfruta de uma certa independência, contando com moeda própria, governo autônomo e território bem definido. O caso preocupa o governo local, ao passo que tem sua situação comparada à anexação da península da Crimeia, em 2014. Há um temor que o tensionamento na região sirva de estopim para invasão russa, justificada pelo que Putin considera a Grande Rússia,

assim como para a escalada do conflito na Ucrânia.

Fontes: [The Moscow Times](#), 09/02/2023; [TASS](#), 23/02/2023; [The Moscow Times](#), 24/02/2023; [TASS](#), 27/02/2023; [TASS](#), 07/03/2023; [RT](#), 07/03/2023.

Países sul-americanos negam envio de equipamento militar à Ucrânia

Em 25 de janeiro de 2023, Gustavo Petro anunciou que a Colômbia não enviará armas russas em desuso para a Ucrânia, país que se encontra assolado pela guerra contra a Rússia há mais de um ano. O presidente colombiano declarou que não está a favor de nenhum dos lados e reforçou que o papel da América Latina diante ao mundo deve ser o de assegurar a paz. O pedido de fornecimento do material de guerra colombiano veio dos EUA. Esse armamento havia sido adquirido para o combate da antiga guerrilha das Farc e o ELN, mas, segundo o Executivo colombiano, ao longo do conflito civil, tornaram-se impossíveis de serem consertadas. A decisão de Petro foi aplaudida pela Rússia, em nota emitida pela Embaixada na Colômbia. O anúncio do governo colombiano surge no momento em que países da Europa unem forças com os EUA para mobilizar o envio de grande capacidade militar para a Ucrânia. Outros países, como o Brasil, também foram consultados acerca da possibilidade de envio de armamento. O pedido ao recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio da Alemanha, através do premiê Olaf Scholz. O presidente brasileiro adotou postura similar a de Petro, negando-se a enviar lotes de munição para tanques que seriam usados na guerra da Ucrânia, afirmando a posição de neutralidade do país e enfatizando a busca pela paz na região. Além disso, Lula foi enfático ao afirmar que a Rússia cometeu um erro ao invadir o território ucraniano. Diante da negativa brasileira, a Alemanha vetou a exportação de blindados fabricados no Brasil para as Filipinas, alegando que os componentes de origem alemã não podem ser vendidos a terceiros sem sua autorização. Apesar disso, ao que parece, a posição de boa parte dos países latino-americanos é uníssona em relação à busca pela paz no conflito russo-ucraniano. A Argentina rechaçou a cooperação para envio de armas para o conflito europeu, e o Chile apenas ofereceu ajuda a Kiev para a remoção de minas terrestres e marítimas. Esses países buscam um cessar-fogo imediato sem pré-condições e manifestam uma longa tradição latino-americana de não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Cabe destacar que a região foi duramente atingida pela alta internacional de preços dos combustíveis e fertilizantes e, por isso, há uma urgência em encerrar

o conflito por razões econômicas. Por fim, no dia 2 de março, Lula reafirmou, em conversa com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, o compromisso do Brasil em participar de uma iniciativa em torno da construção da paz e diálogo para pôr fim ao conflito.

Fontes: [El Colombiano](#), 25/01/2023; [El Tiempo](#), 26/01/2023; [Folha de São Paulo](#), 27/01/2023; [CNN Brasil](#), 30/01/2023; [Valor Econômico](#), 15/02/2023; [Folha de São Paulo](#), 24/02/2023; G1, 02/03/2023.

Resolução sobre guerra russo-ucraniana na ONU repercute no Sul Global

No dia 23 de fevereiro, a ONU sediou um fórum para debater o primeiro ano da invasão russa à Ucrânia. Com representações de todos os países-membros, o resultado da reunião foi uma declaração contrária à ocupação e que defendia a retirada de tropas russas do território ucraniano. A resolução foi copatrocinada por 75 países, entre os quais se encontravam o Chile e o Uruguai. As decisões foram bem recebidas nos meios de comunicação de ambos os países, com destaque dado ao papel ativo do Uruguai na construção da declaração. A votação terminou com 141 votos favoráveis, 7 votos contrários e 32 abstenções, sendo esta última decisão referendada pelos representantes da Bolívia, Cuba e El Salvador. No país andino, atores da oposição se posicionaram de maneira fortemente contrária à abstenção boliviana. Uma das críticas mais fortes veio do ex-presidente da Bolívia, Rodríguez Veltzé, que pediu explicações sobre a decisão do país e lembrou um recente pronunciamento do vice-presidente boliviano David Choquehuanca, em que este afirmava o dever de todos de “lutarem para fortalecer a fraternidade local, nacional, continental e mundial”. Três países do BRICS também se abstiveram da decisão: a África do Sul, a China e a Índia. O posicionamento chinês, indiano e sul-africano acompanha outras votações realizadas sobre o tema da guerra no passado. Em seu pronunciamento, o embaixador da China nas Nações Unidas, Zhang Jun, defendeu que “Rússia e Ucrânia resolvam os problemas através de negociações” e afirmou que o fim da crise requer o abandono da “mentalidade de Guerra Fria”. No caso brasileiro, setores da esquerda criticaram o Itamaraty, lembrando que o país foi o único dos BRICS a votar favoravelmente à resolução. Poucos dias após o fórum, o chanceler brasileiro Mauro Vieira se encontrou com o chanceler russo Sergey Lavrov em reunião realizada na Índia e afirmou que a Rússia entende a posição do Brasil de buscar a conciliação. O resultado da votação do dia 24 se aproximou bastante da votação do dia 12 de outubro, em que 143

países votaram a favor, 5 votaram contrariamente e 38 se abstiveram sobre o referendo de anexação das províncias ucranianas de Donetsk, Kherson, Luhansk e Zaporizhzhia.

Fontes: [Boletim NEAAPE](#), 31/08/2022; [Semana](#), 22/02/2023; [Uol](#), 23/02/2023; [El Observador](#), 23/02/2023; [El Espectador](#), 24/02/2023; [Brasil 247](#), 24/03/2023; [CNN Brasil](#), 25/03/2023; [Folha de São Paulo](#), 24/03/2023; [Erbol](#), 26/02/2023; [G1](#), 01/03/2023.

Governo chinês se oferece para mediar processo de paz entre Rússia e Ucrânia

Em viagem para a Europa, para participar da Conferência de Segurança de Munique e realizar visitas diplomáticas à França, Itália, Hungria e Rússia, o membro do Politburo, ex-chanceler e alto-conselheiro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, iniciou uma articulação para o diálogo entre Rússia e Ucrânia com vistas às negociações de paz. No dia 18 de fevereiro, Wang Yi se encontrou com o ministro de Relações Exteriores ucraniano, Dmytro Kuleba, com quem tratou sobre o conflito e o interesse chinês de mediar novas negociações. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, declarou interesse em conversar com o governo chinês e impôs como única restrição que não negociaria cara a cara com o seu homólogo russo, Vladimir Putin. Em 20 de fevereiro, através do porta-voz chinês Wang Wenbin, a diplomacia chinesa demonstrou descontentamento com constrangimentos que o governo estadunidense promove contra países que discordam de reforçar militarmente a Ucrânia o que, segundo Wenbin, só colaboram para estender o conflito. O porta-voz chinês destacou que o risco químico e nuclear exige ‘calma e praticidade’ e pediu que os países da OTAN parem de propagar acusações infundadas de que o governo chinês estaria se preparando para enviar armamento para reforçar as Forças Armadas russas. Em 22 de fevereiro, em Moscou, Wang Yi se reuniu com o chanceler russo, Sergei Lavrov e com o presidente Vladimir Putin, tratando do fortalecimento das relações sino-russas e do diálogo com a Ucrânia para o fim da guerra. No dia 24 de fevereiro, o governo chinês circulou um documento onde se posiciona pela solução pacífica do conflito entre Rússia e Ucrânia, que completou um ano naquela data. O documento elenca 12 tópicos que deveriam ser observados não apenas pelo governo dos países diretamente envolvidos, mas também pelas demais nações comprometidas com o estabelecimento do processo de paz. Os governos de países vinculados à OTAN, como EUA e Alemanha, reagiram negativamente à iniciativa chinesa e deram declarações minando a confiabilidade do país em

mediar o processo, acusando a China de ter uma posição parcial, favorável à Rússia. A guerra russo-ucraniana vem sendo um dos principais pontos de atrito entre os governos de Xi Jinping e Joe Biden, que apresentam iniciativas bastante distintas sobre como a comunidade internacional deve posicionar-se. Apesar de discordar de alguns pontos da proposta de paz apresentada pela China, Zelensky afirmou que a proposta é uma boa iniciativa e que está disposto a se encontrar com Xi Jinping em Kiev ou em Pequim. Apesar de buscar uma mediação para o conflito, a representação da China nas Nações Unidas se absteve de voto na votação da resolução pela retirada imediata de tropas russas do território ucraniano e apontou que o conflito é fruto de uma arquitetura de segurança regional antiquada da Europa e de uma mentalidade de Guerra Fria por parte da OTAN e dos EUA.

Fontes: [CGTN](#), 19/02/2023; [South China Morning Post](#), 20/02/2023; [South China Morning Post](#), 20/02/2023; [Xinhua](#), 20/02/2023; [Global Times](#), 22/02/2023; [Xinhua](#), 22/02/2023; [Xinhua](#), 24/02/2023; [South China Morning Post](#), 25/02/2023; [RFI](#), 24/02/2023.

Exercício militar conjunto fortalece as relações entre África do Sul, China e Rússia

Entre os dias 17 e 27 de fevereiro, África do Sul, Rússia e China realizaram um exercício militar conjunto no Oceano Índico, em Kwazulu Natal, território sul-africano. A informação foi tornada pública durante a visita do chanceler russo Sergei Lavrov à África do Sul. O ato teve repercussão na imprensa sul-africana não apenas por se tratar de manobra militar entre países membros do BRICS, mas também por ser um exercício militar que acontece em meio ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Diante de protestos, Nalendi Pandor, ministra das Relações Exteriores e Cooperação da África do Sul, minimizou a cooperação militar, se expressando nos seguintes termos: “Em todo o mundo, países realizam exercícios militares. Não deve haver impedimento para que nenhum país possa conduzi-los com seus parceiros, pois faz parte das relações. Precisamos explicar isso ao público”.

Fontes: [Times Live](#), 23/01/2023; [SABC News](#), 23/01/2023; [The South African](#), 23/01/2023.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

